



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 para encaminhamento aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012, Portaria CGU-PR nº 133/2013 e das orientações do órgão de controle interno.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia

Salvador – BA, março de 2013



SUMÁRIO

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	8
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	20
3. Estrutura de governança e autocontrole da gestão	28
4. Programação e execução da despesa orçamentária e financeira	31
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	36
6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.	38
7. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário	46
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	49
9. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental	51
10. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas	55
11. Informações Contábeis	58
12. Outras informações consideradas relevantes pela UJ	60



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
ANAC – AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
ANP - ACADEMIAL NACIONAL DE POLÍCIA
ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
CGCSP - COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA
CGDI - COORDENAÇÃO DE DEFESA INSTITUCIONAL
CGPI - COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO
CGPRE - COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍCIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES
CGTI - COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
COAD - COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
COF - COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COGER - CORREGEDORIA GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COR - CORREGEDORIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CRH – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
DARM - DIVISÃO DE REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS
DATAPREV - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
DCS – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DG – DIREÇÃO GERAL
DGP – DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL
DICOR - DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
DIP - DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL
DLOG - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
DN – DECISÃO NORMATIVA
DPF – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DPF/ILS – DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ILHÉUS/BA
DPF/JZO – DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JUAZEIRO/BA
DPF/PSO – DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PORTO SEGURO/BA
DPF/VDC – DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
DRCOR – DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
DREX - DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA
DSP - DIVISÃO DE SEGURANÇA DE PESSOAS
GAB - GABINETE DO SUPERINTENDENTE REGIONAL
GSI-PR – GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA
INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
INI - INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
INSS – INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL
IPL – INQUÉRITO POLICIAL
LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MF - MINISTÉRIO DA FAZENDA
MJ - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MPOG - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
NIP - NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL
NTI – NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
NUMED - NÚCLEO MÉDICO
PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PC – POLÍCIA CIVIL
PM – POLÍCIA MILITAR
PORT. – PORTARIA
PPA – PLANO PLURIANUAL
PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
PRONASCI – PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA
RFB - RECEITA FEDERAL DO BRASIL
RG – RELATÓRIO DE GESTÃO
S.SOCIAL - SERVIÇO SOCIAL
SELOG – SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
SETEC – SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO
SIAFI – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SIASG – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS
SIGPLAN – SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO
SINPRO – SISTEMA NACIONAL DE PROCEDIMENTOS
SR/DPF/BA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA
STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
UG – UNIDADE GESTORA
UJ – UNIDADE JURISDICIONADA
UO – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
UTEC – UNIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA



LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	8
QUADRO - TAXA CONCLUSÃO DE INQUÉRITO – SETE ANOS (2006 A 2012)*1	26
QUADRO A.3.1 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	28
QUADRO A.4.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - POR GRUPO DE DESPESA	33
QUADRO A.4.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	34
QUADRO A.4.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	34
QUADRO A.5.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36
QUADRO A.5.2.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)	37
QUADRO A.5.2.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	37
QUADRO A.5.2.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	37
QUADRO A.6.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	39
QUADRO A.6.2 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ	39
QUADRO A.6.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	40
QUADRO A.6.4 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	41
QUADRO A.6.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS.....	42
QUADRO A.6.6 - INSTITUIDORES DE PENSÃO	42
QUADRO A.6.8.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	44
QUADRO A.6.8.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	45
QUADRO A.6.8.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	46
QUADRO A.7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	46
QUADRO A.7.2.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	47
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	48



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	49
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	52
QUADRO A.9.1.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	54
QUADRO A.10.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	56
QUADRO DE PERÍCIAS , DE 01 A 31/12/2012:	61
QUADROS PAPILOSCOPIA:	63
QUADRO NOTÍCIAS VEICULADAS NA MÍDIA EM 2012:	68



1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316		
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação completa: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia				
Denominação abreviada: SR/DPF/BA				
Código SIORG: 1141		Código LOA: UO 30108		Código SIAFI: 200346
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0022-60	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:		(071) 3319-6000	(071) 3319-6026	(071) 3319-6028
E-mail: gab.srba@dpf.gov.br				
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br/institucional/pf-pelo-brasil/bahia				
Endereço Postal: Avenida Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos, CEP 40.460-130, Salvador/BA				
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia - SR/DPF/BA	00.394.494/0022-60	200347	ativa	1141
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Consolidada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Criação: A Superintendência Regional do DPF na Bahia foi criada através do Decreto n.º 70.665, de 02 de junho de 1972, que alterou a estrutura do Departamento de Polícia Federal.				
Atribuições e Competências:				
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.				
- Portaria n.º 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU N.º 198, de 16/10/2006.				
FUNAPOL:				
- Lei Complementar 89, de 18.02.1997.				
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
- Decreto n.º 6.061, de 15.03.2007, DOU de 16/03/2007.				
- Portaria n.º 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.				
- Instrução Normativa n.º 13/DG-DPF, de 15.06.2005.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Consolidada				
Código SIAFI	Nome			
200346	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia			
200347	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
00001	Tesouro			



Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200346	00001
200347	00001

1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Bahia é o estado mais populoso do Nordeste, conta com 417 (quatrocentos e dezessete) municípios e uma área com extensão de aproximadamente 570.000 Km² (quinhentos e setenta mil quilômetros quadrados), além de uma população de 14.175.341 (quatorze milhões cento e setenta e cinco mil e trezentos e quarenta e um) habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2012. Possui limite territorial com os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Departamento de Polícia Federal, criado pelo Decreto- Lei 6.378/44, é um órgão da administração direta do Governo Federal subordinado ao Ministério da Justiça.

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I ao IV, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro nacional, contra a previdência social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, contra os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, assim, a Superintendência de Polícia Federal na Bahia exerce suas atribuições institucionais no âmbito de sua circunscrição.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Bahia está estruturada em 07 (sete) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por quatro (04) Delegacias de Polícia Federal localizadas em Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro e Vitória da Conquista, além de (02) Postos Avançados, nos municípios de Feira de Santana e Barreiras.

A Sede da Superintendência Regional está estruturada conforme a distribuição de setores e subsetores abaixo:

Delegacias e Núcleos subordinados à Delegacia Regional Executiva – DREX:

- Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
- Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
- Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
- Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico– DELEMAPH;
- Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
- Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
- Núcleo de Operações – NO;
- Núcleo de Cartório – NUCART;

Delegacias subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao crime Organizado - DRCOR:

- Delegacia de Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio - DELEPAT;
- Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM.

Núcleos subordinados à Corregedoria Regional de Polícia – COR

- Núcleo de Disciplina – NUDIS;
- Núcleo de Correções - NUCOR



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Além das delegacias e núcleos acima citados, esta Superintendência Regional conta com setores e núcleos diretamente subordinados ao Gabinete:

- a) Setor de Administração e Logística Policial, que possui na sua estrutura o Núcleo Administrativo (NAD) e o de Orçamento e Finanças (NEOF);
- b) Setor Técnico Científico;
- c) Núcleo de Tecnologia da Informação;
- d) Setor de Recursos Humanos;
- e) Núcleo de Inteligência Policial;

Compete à Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Bahia:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;

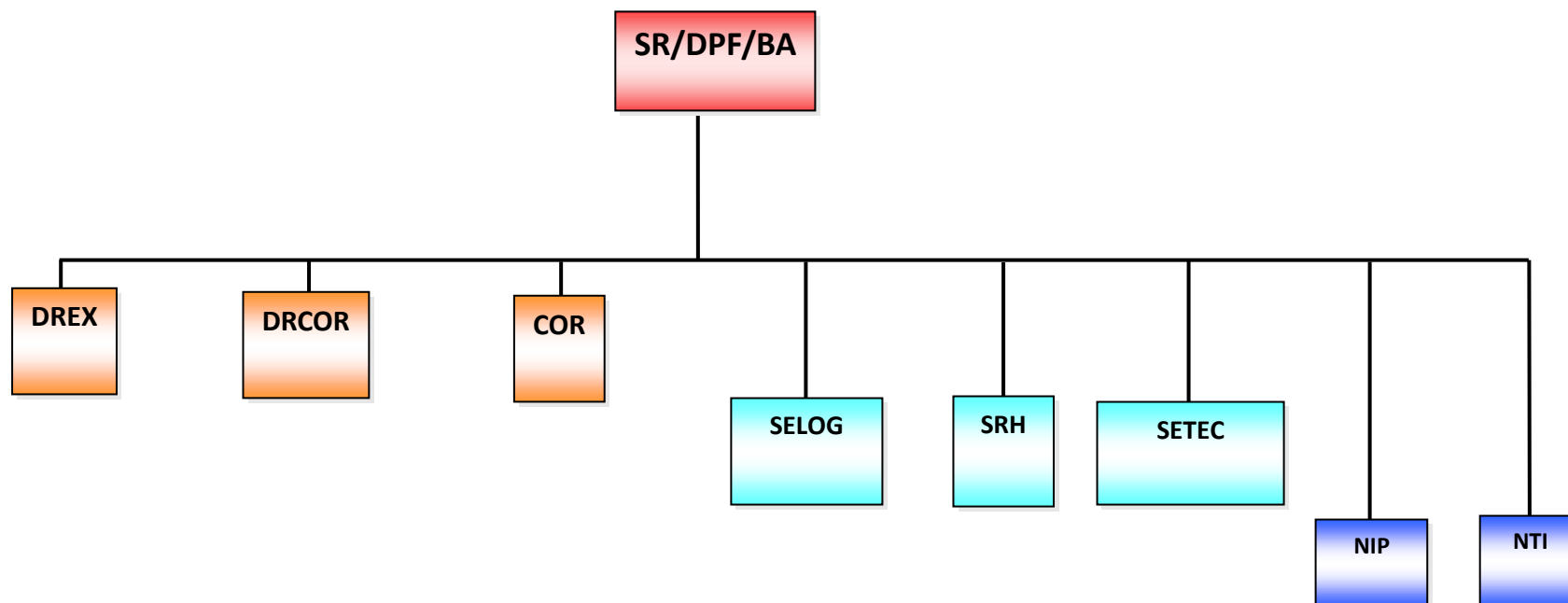
V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.



1.2. Organograma Funcional





1.3. Macroprocessos Finalísticos

Delegacia Regional Executiva – DREX

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS ¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.

¹ Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.



Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

Núcleo de Inteligência Policial: NIP

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional

Setor Técnico Científico - SETEC

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).



IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

1.4. Macroprocessos de Apoio

Comunicação Social

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.



Equipe de Treinamento e Desenvolvimento - T&D

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.

Setor de Recursos Humanos - SRH

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

	necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.

Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

Competência/Atribuição: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

Núcleo de Correições - NUCOR

Competência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação (Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

1.5. Principais Parceiros

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PARCEIROS INTERNOS	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS
Comunicação Institucional	DCS/GAB	INSTITUIÇÕES DE IMPRENSA EM GERAL
Correição e Controles Internos	GAB/COR/COGER	MPF/CGU/AGU
Gestão de Tecnologia da Informação	CGTI/GAB/SETEC	ENTEL e DATAPREV
Gestão do Conhecimento	DGP/ANP	UNIVERSIDADES E CENTROS DE APRIMORAMENTO
Gestão de Pessoas	DGP/NUMED/GAB/S.SOCIAL	MPOG/MJ
Logística	DLOG/COAD/DREX/GAB/DCS NIP/NTI/CGTI	AGU/MPOG/MJ/MPT/TCU/CGU
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	COF/DLOG	STN/MF
Inteligência Policial	DIP/GAB	GRUPOS DE INTELIGÊNCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES
Controle da Segurança Privada	CGCSP/DREX	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS e EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA
Controle de Armas de Fogo	DARM/DREX	EXÉRCITO e IBAMA
Controle Migratório	CGPI/DREX	INFRAERO/ANAC
Controle de Precursores Químicos	CGPRE/DREX	ANVISA E DEMAIS POLÍCIAS
Identificação Civil	INI/DREX	ÓRGÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA (INSTITUTO PEDRO MELLO)
Segurança de Pessoas	DSP/DREX	GSI-PR E DEMAIS POLÍCIAS
Segurança de Portos e Aeroportos	CGPI/DREX	MARINHA/AERONAUTICA INFRAERO
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	CGDI/DREX	GRUPOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Investigação Criminal	DICOR/DRCOR	MPF/PM/PC/CGU/INSS/PRF TRIBUNAIS FEDERAIS/RFB
Identificação criminal	INI/DREX	INSTITUOS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL
Criminalística	INC/GAB/DREX/DRCOR	INSTITUTO CRIMINALÍSTICA ESTADUAL



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2012

Introdução

O Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia no exercício de 2012, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012. O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II da Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e Portaria TCU nº 150/2012.

Como forma de oferecer à sociedade uma prestação de contas dos recursos utilizados nesta Unidade Jurisdicionada, o relatório traz uma síntese das realizações da Polícia Federal no estado da Bahia, abordando suas atribuições institucionais e suas competências e sua organização. A partir dessa apresentação, abordou-se o planejamento estratégico do órgão – Departamento de Polícia Federal - do qual esta unidade descentralizada regional compõe a estrutura.

O vínculo do planejamento com os objetivos estratégicos da Polícia Federal são detalhados de forma a demonstrar a participação desta regional no atingimento dos resultados alcançados no exercício de 2012.

São evidenciadas as dificuldades encontradas na realização de suas atividades, os meios que se dispunham para provê-las, contemplando o quanto foi investido, de que forma e indicando as estratégias de atuação para o cumprimento de sua finalidade.

Foram apresentadas estatísticas de serviços prestados ao cidadão, assim como ações de polícia administrativa e polícia judiciária desenvolvidas pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia.

Para concluir, também foi demonstrado, neste relatório, a adesão da Unidade Jurisdicionada às leis, regulamentos, normativos internos e outras normas, garantindo a boa e regular aplicação do dinheiro público referente aos atos afetos à gestão dos recursos humanos e materiais.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

Em 2012 foram mantidos os objetivos estratégicos do órgão, instituídos pela Portaria nº 1735/2010 – DG/DPF, de 03 de novembro de 2010.

Toda a atuação da instituição Polícia Federal tem como NEGÓCIO a Ciência Policial, como objetivo o atendimento da MISSÃO da instituição que é exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o



estado democrático de direito. Para, assim, atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é tornar-se referência mundial em ciência policial. O exercício das funções pautado nos valores: coragem, lealdade, legalidade, ética e probidade e respeito aos direitos humanos.

2.1. Planejamento das Ações da UJ

A seguir estão listados os objetivos institucionais aos quais se vincula esta UJ:

I. Fortalecer a cultura de gestão de projetos

No intuito de ajustar-se ao objetivo Institucional de Fortalecer a cultura de gestão estratégica da Polícia Federal e alinhar-se aos atos da Unidade Central, a Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia, mediante ato do Senhor Superintendente Regional, instituiu em 01/06/2012, através da Portaria nº 22, a Unidade Integrada de Gestão Estratégica – UIGE, e dentro dessa estrutura, o Escritório de Gestão de Projetos Setorial – EGPS/UIGE/SR/DPF/BA, que tem dentre outras atribuições, acompanhar o portfólio de projetos e processos; acompanhar, gerenciar e prestar consultoria aos gerentes de projetos da SR/BA e das demais unidades descentralizadas.

Apesar da criação em junho de 2012, somente nos meses de setembro a dezembro de 2012, foram formados os primeiros gerentes de projetos da SR/DPF/BA e certificados os primeiros servidores na Metodologia de Gestão de Projetos na Bahia. No sentido de exercitar os conhecimentos obtidos, a Copa das Confederações será um excelente laboratório para difusão e implantação definitiva dessa cultura nesta Unidade, que sediará o referido evento.

Apesar de já existir desde 2009, ainda observa-se tímido o crescimento do Escritório de Projetos, que em parte se dá pelo desconhecimento da Metodologia e por outro lado ainda não está efetivamente formada a cultura de gerenciamento de Projetos na Polícia Federal.

II. Valorizar o servidor

Entre as principais iniciativas desta UJ com a finalidade de valorização do servidor, destacam-se:

- Instalação e manutenção do Setor de Educação Física - SEF visando à promoção da saúde das pessoas, promovendo ações educativas que buscam orientar sobre a importância da atividade física regular no estabelecimento do bem estar, como também a fim de fomentar a adoção de práticas e posturas no ambiente de trabalho que o tornem mais ergonômico e contribua para diminuir a incidência de eventuais doenças laborais;

- Ampliação das ações de treinamento no âmbito das práticas profissionais policiais, representada especialmente pelos treinamentos em armamento e tiro promovidos pelo Núcleo de Armamento e Tiro – NAT, com a finalidade de tornar os policiais federais cada vez mais capazes e seguros no manejo e utilização de armas de fogo, gerando assim proteção continuada para todos os policiais e proporcionando, adicionalmente, um maior grau de segurança para a sociedade;

- Campanha de vacinação a fim imunizar os servidores e conscientizá-los da importância da prevenção nos cuidados com a saúde, não negligenciando e sempre buscando enxergar os sinais de eventuais alterações dela, tanto do ponto de vista físico, quanto psíquico;

- Renovação do parque de viaturas, objetivando a segurança dos servidores nos deslocamentos terrestres, necessários ao exercício das atividades típicas de polícia.



III. Ampliar a credibilidade Institucional

A administração da UJ entende que a imagem da Polícia Federal no estado da Bahia, assim como em todo o país, está inserida num contexto que é definido precipuamente por ações que contribuam solidamente para a ampliação da sensação de justiça na sociedade brasileira. Sob esta ótica, o DPF tem investido em ampliar o alcance da segurança pública à população como um todo.

Neste prisma, esta UJ vivenciou a deflagração de relevantes operações policiais voltadas ao combate do desvio de verbas públicas e crimes do “colarinho branco”, assim como contra os crimes que afetem a dignidade da pessoa e firam os direitos humanos.

IV. Reduzir a criminalidade

Como um dos mais essenciais objetivos que norteiam a atuação da Polícia Federal, a redução da criminalidade é incessantemente buscada em cada ação planejada por esta Superintendência Regional.

Em todos os procedimentos, melhorias, reestruturações, e tudo o que seja adotado pela administração a fim de se executar o planejamento da instituição, visa-se, precipuamente, a diminuição dos níveis de criminalidade observados no Brasil, especialmente no que concerne à atuação de organizações criminosas. Na execução de sua atribuição de Polícia Judiciária da União está voltada para a qualidade da prova produzida durante a investigação, resultando em inquéritos policiais consistentes que são bem acolhidos na fase judicial.

Em destaque estão as ações de inteligência policial, as quais visam a prevenção e a repressão de crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, com grande ênfase em evitar o prejuízo ao erário (as fraudes no uso de recursos da União), combater a lavagem de dinheiro obtido com atividades ilícitas, e, ainda, evitar os graves delitos contra a dignidade da pessoa, implicando em violação aos direitos humanos.

Adicionalmente é importante destacar o diligente planejamento efetuado nesta UJ a fim de se estabelecer uma consistente atuação da Polícia Federal na segurança dos grandes eventos internacionais que terão lugar no Brasil nos próximos anos.

V. Promover a cidadania

É fato que o Departamento de Polícia Federal já atua consistentemente há muitos anos na promoção da cidadania no estado federativo nacional.

Ao exercer uma profunda e diligente vigilância na aplicação dos recursos da União, que em última instância pertencem à nação brasileira, a Polícia Federal contribui para a indispensável consolidação do estado democrático de direito, auxiliando na formação de uma cultura nacional pautada por forjar cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações, certificados de que é essencial ter retidão de caráter para se alcançar os seus objetivos.

Além do exposto, esta instituição promove a cidadania ao realizar relevante atendimento ao público, especialmente quanto à emissão de passaportes, nos mecanismos de controle do uso e disponibilização de armas de fogo, munições, produtos químicos sujeitos a autorização de uso, além de implementar melhorias no setor de emissão de portes e registros de armas, na área de imigração com o atendimento aos estrangeiros na condição de turista ou radicados no país, assim como na fiscalização das empresas prestadoras de serviço de segurança privada.



VI. Incrementar acordos e parcerias

A celebração de acordos e parcerias é um meio extremamente eficaz e útil para ampliar o alcance dos serviços públicos essenciais à população, especialmente porque pode ser utilizado tanto para aperfeiçoar a relação entre órgãos, melhorando o fluxo de informações, que são mais bem compreendidas em conjunto do que isoladamente, quanto para propiciar melhorias nas estruturas físicas das instituições, haja vista a possibilidade de um órgão público ser beneficiado por Termo de Ajustamento de Conduta - TAC de um particular, mediado pelo Poder Judiciário, que permite investimentos na estrutura dos órgãos sem impactar no orçamento geral da união.

Consciente do exposto acima, esta UJ tem firmado relevantes parcerias, destacando-se:

-Cooperação com as prefeituras das cidades de Barreiras e Feira de Santana que auxiliaram na implantação dos postos avançados da Polícia Federal nestas localidades;

- Colaboração mútua entre órgãos de fiscalização e controle, tais como CGU, RFB e AGU, a fim de ampliar e conferir maior agilidade às ações de combate ao crime organizado;

- Parceria com o MPT que firmou compromisso em dirigir valores financeiros advindos de TACs, para propiciar melhorias, compreendendo a necessidade de progressos na estrutura física e de recursos na SR/DPF/BA;

VII. Otimizar o emprego de bens e recursos materiais

O cenário econômico mundial levou o governo federal a efetuar frequente e relevante corte nos recursos financeiros e orçamentários imprescindíveis à manutenção do Departamento de Polícia Federal. Sendo assim, a austeridade da medida imposta ao órgão foi ampliada, implicando em indispensáveis estudos, para reduzir a níveis mínimos, inúmeras despesas desta unidade.

Neste contexto, esta UJ buscou primar pela qualidade de qualquer gasto efetuado, sendo obrigada a evitar e/ou cancelar importantes despesas pertinentes à sua administração, sempre buscando minimizar o quanto possível o grave impacto causado às atividades desenvolvidas. Desta maneira, trabalhou-se a fim de garantir que as aquisições fossem muito bem planejadas, buscando as mais vantajosas para a administração de tal sorte que suas necessidades prementes fossem atendidas mesmo diante da escassez de recursos.

VIII. Governança em Tecnologia da Informação

As ações de governança em TI, no contexto do DPF, têm se regido pela contínua busca de promover a utilização de recursos que colaborem substancialmente para uma atuação de excelência do órgão, refletida essencialmente no aprimoramento do atendimento à sociedade, nos serviços administrativos que disponibiliza à população.

Para tanto, o DPF vem aprimorando seus métodos de planejamento e gestão nesta área, com intuito de racionalizar os recursos disponíveis, para que a renovação e atualização de parque tecnológico acompanhem as necessidades que se lhe impõem, adequando-se aos valores financeiros disponíveis.

Neste contexto, cabe à esta UJ apenas o acompanhamento das diretrizes emanadas pelo órgão central, atendendo integralmente a todos os cronogramas e procedimentos que impliquem em ações voltada à Tecnologia da Informação.



IX. Integrar orçamento e planejamento

Esta UJ, por força da legislação vigente, tem seu orçamento estabelecido por meio de portaria expedida anualmente pelo Diretor-Geral, a qual apresenta os valores destinados a cada uma de suas Unidades Gestoras a fim de programarem suas atividades para o exercício seguinte, sendo garantido, inclusive, a possibilidade de eventuais adequações específicas para compatibilizá-lo com planejamento também previamente estabelecido. Entretanto, é fato que o modelo orçamentário utilizado no Brasil nas últimas 3 décadas tem levado a Administração Pública Federal a sucessivos procedimentos de contingenciamento do orçamento originalmente aprovado, o que, via de regra, ocasiona importantes prejuízos à execução do planejamento efetuado, obrigando recorrentemente os gestores a reverem suas prioridades e objetivos a fim de adequar sua necessidade à realidade imposta pelos novos limites de recursos.

2.2. Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos

Conforme já anteriormente exposto, é fato que o atual panorama econômico, tanto em âmbito nacional, quanto em caráter mundial, levaram o governo federal a efetuar um acentuado corte nos recursos orçamentários e financeiros indispensáveis à manutenção do Departamento de Polícia Federal, o qual necessariamente é refletido em cada uma das UJs que o compõem, como é o caso da SR/DPF/BA.

Ora, é inequívoco que a plena execução do planejamento de uma instituição, ou mesmo de parte dela, prescinde da utilização de recursos financeiros para a realização do custeio e manutenção da estrutura já existente, assim como para a execução de investimentos que visam a tornar a unidade mais adequada às necessidades impostas pelo refinamento das atividades de organizações criminosas, e também pelo indispensável aperfeiçoamento do atendimento à população.

Sob esta ótica, os últimos 04 (quatro) anos, mas especialmente o exercício de 2012, têm demandado muitos ajustes durante a sua execução, já que é necessário se adequar aos valores disponibilizados, o que tem sido feito, sinteticamente, levando as despesas de custeio das atividades aos níveis mínimos suportados e adotando execução de investimentos a níveis próximos de zero. Excetua-se deste quadro geral, a execução do projeto executivo para a reforma do edifício sede desta SR/DPF/BA, haja vista que consta do PPA do DPF e por isso teve seus valores excluídos dos cortes de recursos.

Neste contexto, esta UJ atuou densamente em ampliar qualidade de qualquer gasto efetuado, sendo obrigada a evitar e/ou cancelar importantes despesas pertinentes à sua administração, sempre buscando minimizar o quanto possível o grave impacto causado às atividades desenvolvidas, reduzindo, assim, o risco existente.

Ainda, é relevante ressaltar a observação quanto à extrema importância que se adote um urgente provimento dos quadros de pessoal da UJ, especialmente no que concerne aos servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos, os quais deveriam ser os principais responsáveis pelas atividades meio da instituição, de modo a permitir um refinamento dos processos relativos à administração geral da superintendência, possibilitando o aperfeiçoamento da execução das atribuições finalísticas do órgão.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2012

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

O plano de metas anual da UJ ou PMA é um instrumento constituído pelo Departamento de Polícia Federal com a finalidade de se conhecer e apresentar as diretrizes que permearão as atividades naquele exercício. Nele estão estipuladas as melhorias ambicionadas em várias áreas e aspectos, especialmente aqueles relativos à estruturação física da Unidade e do aperfeiçoamento de seus setores, procedimentos e processos em geral, contemplando, inclusive, estimativas orçamentárias que eventualmente demandarão, além de prazos de início e conclusão da implantação.

Como uma das principais metas desta UJ, a fim de propiciar condições de trabalho mais adequadas e propícias à execução de uma investigação criminal de excelência, foi concluído o processo licitatório para a elaboração do Projeto Executivo para a reforma do edifício sede da SR/DPF/BA, o qual terá como pilar a obediência às normas de ocupação do espaço emanadas do MPOG, além das mais modernas diretrizes de ergonomia alusivas à realização da atividade policial. O referido Projeto Executivo tem previsão de conclusão até o final do próximo mês de agosto, quando, ato contínuo, será iniciada a respectiva licitação, cujo orçamento já encontra guarida no Plano Plurianual do DPF.

Importante ressaltar que foram realizados pequenos, mas importantes ajustes na estrutura física das delegacias do interior do estado, visando melhor adequação às necessidades de atendimento à população em cada uma delas.

Outrossim, ressalte-se as ações de treinamento e desenvolvimento que propiciaram à grande parte dos servidores lotados nesta SR/DPF/BA maior grau de preparação para as atividades finalística que executam diariamente, resultando em importante melhoria no atendimento à população.

Adicionalmente frisa-se que era meta desta UJ aperfeiçoar as atividades pertinentes ao seu Serviço de Logística e Administração Policial, que gerencia tanto das novas aquisições, quanto administra a execução orçamentária, financeira, de material, assim como a execução dos contratos, especialmente os de serviço contínuo. Para tanto, iniciou-se uma importante reestruturação do setor, baseada essencialmente na ampliação do quadro de servidores lotados nas respectivas atividades, além da vinda de servidores especialistas, lotados no órgão central a fim de realizarem orientação, com foco especial no aprimoramento dos colaboradores lotados nesta UJ.

2.4. Indicadores

Seguem adiante os indicadores relativos à atividade-fim do DPF. Esses índices são institucionais e estão previstos no programa “Prevenção e Repressão à Criminalidade”, registrado no Plano Plurianual do DPF (2012/2015) e dispostos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP:

a) Indicador: prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF

Unidade de medida: dias

Periodicidade: anual



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Fórmula: tempo médio gasto entre a abertura e a conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal

$$C - A = \text{___ dias}$$

Onde:

C = tempo médio de conclusão de inquéritos

A = tempo médio de abertura de inquérito

b) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais no DPF

Unidade de medida: percentagem;

Periodicidade: anual;

Fórmula: relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.

$$\frac{IC}{II} * 100$$

Onde:

IC = Inquéritos Policiais Concluídos em todas as Unidades Operacionais

II = Total de Inquéritos Policiais Instaurados em todas as Unidades Operacionais

QUADRO - TAXA CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS – SETE ANOS (2006 A 2012)*¹

UNIDADE	MOVIMENTAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL	MÉDIA* ²
SR/BA	Relatados	950	1138	1116	1228	2547	2945	1515	11439	1634
	Instaurados	2020	1995	1472	1565	1573	1768	1612	12005	1715
	Andamento	3126	4657	5365	5218	4199	3048	3163		
	TX - SR/BA	47%	57%	76%	78%	162%	167%	94%		95%
ILS	Relatados	185	363	303	342	579	499	511	2782	397
	Instaurados	494	627	582	552	431	358	342	3386	484
	Andamento	-	-	1501	1168	893	697	495		
	TX - ILS			52%	62%	134%	139%	149%		82%
JZO	Relatados	261	247	137	345	420	416	371	2197	314
	Instaurados	296	420	282	368	374	372	363	2475	353,57
	Andamento	-	-	679	572	488	469	469		
	TX - JZO			49%	94%	112%	112%	102%		89%
PSO	Relatados	97	49	168	355	247	230	203	1349	193
	Instaurados	161	197	284	195	220	165	102	1324	189
	Andamento	107	157	233	308	306	243	148		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

UNIDADE	MOVIMENTAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL	MÉDIA * ²
	TX - PSO	60%	25%	59%	182%	112%	139%	199%		102%
VDC	Relatados	-	-	-	35	259	310	350	954	239
	Instaurados	-	-	-	431	967	261	218	1877	469,25
	Andamento	-	-	-	394	1122	1058	854		
	TX - VDC				8%	27%	119%	161%		51%
Todas as Unidades	Relatados	1493	1797	1724	2305	4048	4400	2950	18721	2674
	Instaurados	2971	3239	2620	3111	3560	2924	2637	21067	3010
	Andamento	3233	4814	7778	7660	7008	5515	5129		
	TX- Todas as Unidades	50%	55%	66%	74%	114%	150%	112%		89%

*1 Fonte: SINPRO/SISCART

*2 Média de 2006 a 2012

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos neste item, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), estão em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que retratarão de melhor forma a gestão do órgão, aprimorando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados.

Para tanto, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto **CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022)**. Esse documento foi a diretriz utilizada Pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Em 11 de dezembro de 2012, foi realizada reunião entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do TCU com o fim de buscar entendimento sobre o tema, e, principalmente, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos com a orientação técnica daquele Tribunal, a qual foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, agregando melhorias, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se prestem a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, bem como demonstrem a necessidade de correções e



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

mudanças de rumos nas ações, orientando o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados e tornando mais transparentes os resultados alcançados pela gestão.

3. Estrutura de governança e autocontrole da gestão

Os subitens **3.1** - Estrutura de governança e **3.2** - Remuneração paga aos administradores referidos na Portaria TCU nº 150/2012, não constam do presente relatório, haja vista que esta UJ não possui estrutura de governança própria, assim como não é aplicável à natureza jurídica da Superintendência Regional, respectivamente.

3.1. Avaliação do funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica (Considerações do autor): <i>Não se atribuiu nota máxima em todos os itens do quadro anterior, em função da UJ estar passando por um processo continuado de melhoria em seu desempenho, assim como pelo aperfeiçoamento de alguns setores e atividades.</i> <i>Sob outro prisma, há que se considerar também a ausência de um setor exclusivo de controle interno, por conta da insuficiência de efetivo na UJ.</i> <i>De fato, no âmbito da SR/DPF/BA, a execução precípua de controle interno é realizada pelas chefias, em suas respectivas áreas de atribuição, sempre sob a orientação e supervisão do Superintendente Regional.</i></p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Nota: O quadro acima foi respondido pelo Superintendente Regional.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

3.2. Sistema de Correição

A **Estrutura das atividades** da Corregedoria Regional da SR/DPF/BA encontra previsão no Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 2877/2011 - MJ, mais especificamente no Anexo VI, que prevê:

ANEXO VI

BAHIA

*I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA -
SR/DPF/BA:*

(...)

h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:

1. Núcleo de Disciplina - NUDIS; e

2. Núcleo de Correições - NUCOR;

No que se refere à base normativa que estabelece as competências e responsabilidades desta unidade correicional, a IN 13/2005 - DG/DPF, nos arts. 227, 228 e 229, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes.

Os principais resultados observados em relação às atividades relacionadas ao Núcleo de Disciplina, considerado o histórico tem sido:

- a) a diminuição do número de procedimentos instaurados, ao longo do tempo, tanto sindicâncias quanto processos administrativos disciplinares, utilizando-se a esfera disciplinar, como reza a boa doutrina, como ultima ratio, quando os fatos ocorridos e trazidos a esta Corregedoria estão descritos na lei como transgressões, evitando-se, com isso, que a via correicional seja empregada para solucionar questões de natureza gerencial e/ou diante de questões objetivas de carência de pessoal e/ou administrativa;
- b) o saneamento progressivo do Sistema de Acompanhamento Disciplinar (SAD) e do Sistema CGU/PAD, dentro das possibilidades do setor;
- c) consolidação dos entendimentos desta Corregedoria, tanto na seara disciplinar, quanto na seara relativa à correição dos Inquiridos Policiais, por meio do aumento na produção de pareceres acerca de questões específicas, controvertidas e/ou recorrentes;
- d) padronização dos Procedimentos para tratamento das notícias de irregularidades praticadas por servidores, por meio da autuação e controle como "Expediente de Natureza Disciplinar";

Outrossim, as competência para instauração e julgamento dos processos administrativos disciplinares, no âmbito do DPF, estão disciplinadas da seguinte maneira, conforme o Regimento Interno do DPF, isto é, Portaria 2.877/2011 - DG/DPF (complementada e integrada, ainda pela Portaria 296/2009 - DG/DPF e Nota nº 139/2011- CODIS/COGER), sendo que estão distribuídas entre as Autoridades que dirigem o órgão, na forma estabelecida nos arts. 25, 29, 35 e 37 do regulamento. Dessa forma, o Corregedor-Regional somente instaura Sindicância Investigativa, não pode impor punição. (Art. 37 da IN 04/91- DG/DPF)



3.3. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

No âmbito desta UJ, a Corregedoria Regional da Bahia e o respectivo Núcleo de Disciplina, estão em consonância com os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria CGU nº 1043, de 24/07/2007 (CGU/PAD: prazos e confiabilidade), uma vez que foi e vem sendo envidado esforço contínuo para manter o sistema atualizado. Eventuais inconsistências, acaso existam, podem decorrer de processos/sindicâncias/expedientes de natureza disciplinar ainda não concluídos, cujo saneamento é um dos objetivos primordiais da Unidade.

Desse modo, e conforme totalizadores constantes de dois relatórios extraídos do Sistema CGU/PAD, citamos os dados obtidos:

- *Por fase do Processo:* o Relatório extraído para a fase "**Instauração/Instrução**" aponta, no período de 01/01/2012 a 31/12/2012, o total de **30 (trinta)** procedimentos instaurados, aí computados todos os tipos de processos;

- *Por resultado de julgamentos consolidados:* o Relatório extraído para a "**Situação por Agente**" aponta, para o período de 01/12/2012 a 31/12/2012, o total de **26** "agentes/servidores" **julgados**, para todas as situações (não-indiciado e apenados com advertência, suspensão, etc..)

4. Programação e execução da despesa orçamentária e financeira

A execução orçamentária dessa Superintendência Regional é originada de descentralizações internas, efetuadas de forma centralizada pela Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade- COF na DLOG/DPF que é responsável por atuar na programação orçamentária originária e adicional da Unidade Orçamentária - UO, na proposta orçamentária e na distribuição dos limites de empenho na Polícia Federal.

Os Quadros abaixo relacionados, tomados como referência a numeração da Portaria TCU nº 150/2012, **não** constam deste Relatório de Gestão uma vez que a dotação inicial não é atribuída à esta UJ, assim como são de responsabilidade da Unidade Central do DPF os valores previstos no PPA e fixados na LOA, a instituição de metas e apuração de resultados pela execução dos Programas de Governo:

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Informações sobre programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.12 – Despesas por modalidade de contratação

Quadro A.4.13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - créditos originários



4.1. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

QUADRO A.4.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - POR GRUPO DE DESPESA

VALORES EM
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200336	200346	0612221122000001			8.481.965,53
				06122211220TP0001	6.082,36		
				06128211245720001			200,00
				06181207014LI0001			15.033,18
				06301211220040001			5.924,00
				06306211220120001			3.593,09
		200337	200347	09272008901810001	213.028,68		
				06125207026790001			252.070,98
				06128211245720001			1.311,00
				06181066214M40033			499.853,67
				06181207027260001			2.575.145,46
				06421207027200001			240.664,14
	Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200336	200346	06122211220000001	224.418,70		
				06181207027260001	52.932,00		
				06301211220040001	263.238,66		
		200337	200347	06181207025860001	64.177,97		
		06181207089790001	184.488,75				
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

QUADRO A.4.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	6.053.237,50	4.712.510,11	4.978.655,67	4.712.510,11
a) Convite	X	X	X	X
b) Tomada de Preços	447.727,41	50.632,40	184.488,75	50.632,40
c) Concorrência	24.823,93	297.887,16	24.823,93	297.887,16
d) Pregão	5.580.686,16	4.363.990,55	4.769.342,99	4.363.990,55
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	2.692.073,33	2.466.396,90	2.487.907,56	2.466.396,90
g) Dispensa	2.237.947,52	1.578.561,63	2.053.114,40	1.578.561,63
h) Inexigibilidade	454.126,21	887.835,27	434.793,16	887.835,27
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	542.514,19	1.276.793,19	542.514,19	1.276.793,19
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	X	X	X	X
k) Diárias	3.338.819,17	2.135.742,97	3.338.819,17	2.135.742,97
5. Outros	184.611,27	X	182.110,72X	
6. Total (1+2+3+4+5)	12.811.255,86	10.591.443,17	11.347.896,59	10.591.443,17

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

3390.39	3.542.573,46	3.375.862,14	3.263.629,74	3.375.862,14	278.943,72	20.686,02	3.263.629,74	3.355.176,12
3390.14	3.338.819,17	2.433.346,78	3.338.819,17	2.433.346,78	0,00	0,00	3.338.819,17	2.433.346,78
3390.37	3.246.320,58	2.570.182,53	2.884.867,43	2.570.182,53	361.453,15	0,00	2.884.867,43	2.564.652,13
Demais elementos do grupo	2.083.557,09	2.544.877,71	1.960.279,97	2.544.877,71	123.277,12	25.125,45	1.960.279,97	2.284.474,26
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4490.51	447.727,41	32.831,00	184.488,75	32.831,00	263.238,66	50.960,00	184.488,75	83.791,00
4490.52	64.177,97	50.632,40	64.177,97	50.632,40	0,00	24.559,08	64.177,97	26.073,32
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial



5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos ou recursos, desta forma o subitem 5.1 referido na Portaria TCU nº 150/2012 não constará deste Relatório, assim como os subitens 5.3 ; 5.5 e 5.6, que se referem a Informações sobre as transferências e Renúncia Tributária e Gestão de Precatórios, posto que em 2012 não houve nenhuma ocorrência registrada nesta UJ.

5.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar

QUADRO A.5.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	71.743,22	0,00	71.743,22	0,00
2011	67.686,07	0,00	67.686,07	0,00
2012	5.530,40	0,00	5.534,40	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	729.738,04	61.299,17	697.128,48	0,00
2011	501.733,16	38.241,48	463.491,68	0,00
2012	72.202,55	21.983,40	50.219,15	0,00

Observações: UGs 200346 e 200347

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Os Restos a pagar desta Unidade apresentaram redução na série histórica de seu montante inscrito e pago.

Não foram reinscritos Restos a Pagar de exercícios anteriores e não permaneceram valores com vigência prorrogada.

Ao final do exercício de 2012, foi liberado orçamento de investimento (antes contingenciado) para execução nesta SR/DPF/BA, o que ocasionou uma ampliação nos valores a serem inscritos - empenhos não liquidados transferidos para Restos a Pagar - em 2013.

5.2. Suprimento de fundos

No exercício de 2012, não foram realizadas despesas por meio de Suprimento de Fundos - Conta Tipo "B" nesta UJ, dessa forma, o quadro denominado Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido - Conta Tipo "B" não constarão deste relatório. O Quadro A.5.2.2 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador é



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

resguardado por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informações do DPF e na Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 242/2012.

QUADRO A.5.2.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) **VALORES EM R\$ 1,00**

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200346	SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DA BA		0,00	0	0,00
200347	SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DA BA		531.274,19	11.240,00	542.514,19
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			531.274,19	11.240,00	542.514,19

Fonte: SIAFI

QUADRO A.5.2.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) **VALORES EM R\$ 1,00**

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	x	x	691	531.274,19	06	11.240,00	542.514,19
2011	x	x	1.457	1.261.350,59	24	49.657,53	1.311.008,12
2010	x	x	1.011	879.959,69	22	75.953,36	955.913,05
2009	x	x	786	847.624,10	29	80.224,05	927.848,15

Fonte: SIAFI

QUADRO A.5.2.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF) **VALORES EM R\$ 1,00**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PC Aguardando Análise	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PC em Análise	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PC não Aprovadas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PC Aprovadas	x	x	x	x	x	x	37	542.514,19	51	1.311.008,12	42	955.913,05

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:



Não foi utilizado suprimento de fundos do tipo pequeno vulto no exercício de 2012.

A série histórica do montante de Suprimento de Fundos utilizados nesta UJ apresentou redução de mais de 50% em relação a 2011.

A utilização do Suprimento de fundos na SR/DPF/BA tem seu uso disciplinado em normativo - Instrução Normativa nº 49/2011, que estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos, destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal, assim como prevê o art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e o art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008.

Os controles para assegurar a aplicação dos recursos em conformidade com os normativos supracitados são atendidos nesta UJ. Oportunamente, destaca-se que o uso de suprimento de fundos é uma opção do gestor com vistas a garantir, pelo regime especial de execução, a continuidade, a celeridade e a superação de imprevistos da atividade policiais, bem como necessidades do trabalho investigativo sigiloso que demandam o uso dessa medida excepcional.

6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.

As informações constantes dos quadros A.6.1 e A.6.4, referidos na Portaria TCU nº 150/2012, são resguardadas por sigilo conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Logo, não constarão dos Relatórios de Gestão das SRs e do órgão central, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

As informações sobre os Atos de Pessoal sujeitos a registro do TCU ou que devam ser comunicadas a este, não estão disponíveis à esta UJ e são feitas de forma centralizada pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP/DPF.

Neste item não será apresentado o quadro **A.6.8 - Instituidores de Pensão** também referido na Portaria TCU nº 150/2012, em razão dos processos de concessão de pensão serem analisados de forma centralizada, no órgão central do DPF.

Sobre os Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos, esta descentralizada aguarda a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE na formação dos novos indicadores institucionais de gestão. Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de recursos humanos.

Com relação à existência de servidores terceirizados que ocupem ou exerçam cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade, informamos que não há ocorrências.

A UJ não realiza pagamento de vencimentos, proventos, pensões alimentícias e bolsa de estudos para estagiários. As despesas com pagamento de pessoal ativo, aposentados, pensionistas e estagiários são pagas pelo órgão central.



6.1. Situações que reduzem a Força de Trabalho efetiva (situação em 31/12/2012)

QUADRO A.6.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	5
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	11
3.1. De ofício, no interesse da Administração	01
3.2. A pedido, a critério da Administração	09
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	49
4.1. Doença em pessoa da família	02
4.2. Capacitação	47
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	66

Fonte: SIAPE

6.2. Qualificação da força de Trabalho (situação em 31/12/2012)

QUADRO A.6.2 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	01	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	25	22		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		22	07	05
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	29	26	08	06

Fonte: SIAPE



6.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ segundo a Escolaridade (situação em 31/12/2012)

QUADRO A.6.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				0,2%	19,6%	80,2%			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						1%			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						100%			
2.3. Funções gratificadas						100%			

Legenda:
Nível de escolaridade
1 - analfabeto; 2 - alfabetizado sem cursos regulares; 3 - primeiro grau incompleto; 4 - primeiro grau; 5 - segundo grau ou técnico; 6 - superior; 7 - aperfeiçoamento / especialização / pós-graduação; 8 – mestrado; 9 - doutorado; 10 - não classificada.

Fonte: SIAPE

As informações solicitadas no quadro acima foram dispostas em forma de percentual, visando não comprometer o sigilo da informação relativa ao número do efetivo de pessoal da UJ.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

6.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ (2010/2011 /2012)

QUADRO A.6.4 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES **VALORES EM R\$ 1,00**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros do Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	50.126.008,50		8.044.082,66	418.405,50	1.746.145,82	737.782,87	6.188,05	5.458,07	235.480,79	61.319.552,26
	2011	49.050.695,65		7.833.208,76	427.033,43	1.748.309,24	690.412,46	3.362,25	0,00	277.924,36	60.030.946,15
	2010	48.607.407,65		7.819.787,18	428.232,49	1.654.241,88	186.199,30	2.761,50	12.723,74	250.150,38	58.961.504,12
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	945.860,20	0,00	111.134,39	0,00	16.638,00	0,00	0,00	0,00	1.363,92	1.074.996,51
	2011	683.319,80	0,00	108.932,97	0,00	13.262,00	0,00	0,00	0,00	732,32	806.247,09
	2010	450.221,28	0,00	53.307,89	0,00	7.412,00	335,60	0,00	0,00	0,00	511.276,77
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	877.460,30	0,00	0,00	0,00	14.510,00	8.357,19	3.947,35	0,00	0,00	904.274,84
	2011	892.757,28	0,00	0,00	0,00	16.220,00	34.012,78	1.115,80	0,00	1.363,83	945.469,69
	2010	877.460,30	0,00	0,00	0,00	17.003,19	33.907,89	1.078,74	0,00	1.283,12	930.733,24
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	3.146.923,91	0,00	368.540,30	20.377,40	92.992,75	68.264,16	66,42	1.106,62	12.076,28	3.710.347,84
	2011	3.569.225,42	0,00	326.246,72	18.492,94	99.250,50	63.784,93	1.180,02	0,00	14.071,45	4.092.251,98
	2010	3.662.848,68	0,00	373.765,44	18.972,03	94.690,46	41.294,52	2.129,47	6.013,69	13.978,51	4.213.692,80

Fonte: Relatório SIAPE disponibilizado pela ACI/GAB/DG/DPF.



6.5. Composição do Quadro de servidores Inativos e Pensionistas (situação em 31/12/2012)

QUADRO A.6.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	189	08
1.1 Voluntária	189	08
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	07	01
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	07	01
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	196	09

Fonte: SIAPE

6.6. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela UJ (situação em 31/12/2012)

QUADRO A.6.6 - INSTITUIDORES DE PENSÃO

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	105	0
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	105	0

Fonte: SIAPE



6.7. Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quanto aos sistemas de controle acerca de acumulação de cargos, o próprio Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, utilizado para folha de pagamento de pessoal do governo federal, por meio do Setor de Auditoria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da - AUDIR/SEGEP/MPOG, realiza os cruzamentos das informações no sistema, que contempla informações pessoais, funcionais e financeiras dos servidores.

Em 2012 não houve qualquer registro de acumulação indevida de cargo.



6.8. Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

QUADRO A.6.8.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA													
UG/Gestão:200346							CNPJ: 00.394.494/0022-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	12/2012-SR/DPF/BA	11.550.400/0001-97	05/12/2012	04/12/2013			12	12			A
2012	L	O	10/2012-SR/DPF/BA	09.004.267/0001-21	28/08/2012	27/08/2013	32	32					A
2011	V	O	04/2011-SR/DPF/BA	08.068.307/0002-17 SEMPRE F	21/06/2011	20/06/2012			26	26			A
2010	L	O	07/2010-SR/DPF/BA	08.935.932/0001-38 ICONE	27/09/2010	26/09/2012			32	32			E
2011	V	O	01/2011-SR/DPF/BA	02.534.128/0001-60 VIPAC	27/02/2011	26/02/2012			26	26			E
2012	L	E	04/2012-SR/DPF/BA	09.576.446/0001-33 MR	23/01/2012	22/07/2012	05	05					E
2008	V	O	04/2008-DPF/ILS/BA	00.855.634/0001-26 JR	01/04/2008	04/12/2012			12	12			

Observações:
O contrato 12/2012 atende exclusivamente à Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e higiene; (V) Vigilância Ostensiva
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SELOG/SR/DPF/BA



QUADRO A.6.8.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA													
UG/Gestão:200346							CNPJ: 00.394.494/0022-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	9	O	06/2012-SR/DPF/BA	08.872.024/0001-42 CALDAS	13/02/2012	12/02/2013			12	12	01	01	P
2009	12	O	02/2009-SR/DPF/BA	61.600.839/0001-55 CIEE	03/08/2019	02/08/2010					17	17	P
2012	3	O	08/2012-SR/DPF/BA	05.012.577/0001-37 QOS	01/06/2012	31/05/2013			08	08			A
2012	12	E	01/2012-SR/DPF/BA	12.554.157/0001-48 IDERDOC	02/02/2012	01/02/2013			08	08			E
2011	5,4,12	O	10/2011-SR/DPF/BA	11.176.432/0001-74 LINS	03/06//2011	02/06/2012			14	14			P
2010	5	O	12/2010-SR/DPF/BA	08.935.932/0001-38 ICONE	02/01/2011	09/12/2012			06	06			E
Observações:													
LEGENDA				<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 													

Fonte: SELOG/SR/DPF/BA



QUADRO A.6.8.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS EM R\$
1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	41	40	43	43	97.240,66
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	41	40	43	43	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	41	40	43	43	97.240,66

7. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Dados relativos à quantidade de veículos em uso e ao plano de substituição da frota desta UJ não serão informados no Relatório de Gestão, por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Entretanto, estarão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

Não obstante ao sigilo imposto pela legislação em vigor, é importante ressaltar que esta UJ possuiu, no exercício 2012, contrato vigente com a finalidade de se executar a gestão da manutenção de sua frota veículos, além de outro relativo ao gerenciamento, controle e supervisão dos serviços de abastecimento, sendo ambos acentuadamente úteis à utilização de veículos nas atividades essenciais à SR/DPF/BA.

O contrato de **gestão da manutenção** implicou em despesa no valor de R\$ **651.844,35**. Já as **despesas com combustível** somaram a importância de R\$ **545.151,32**.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

QUADRO A.7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	BAHIA	02	02
	Salvador	01	01
	Ilhéus	01	01
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR		00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: SR/DPF/BA



**QUADRO A.7.2.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
LOCADOS DE TERCEIROS**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	BAHIA	03	03
	Juazeiro	01	01
	Porto Seguro	01	01
	Vitória da Conquista	01	01
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR		00	00
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SR/DPF/BA



7.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com manutenção
200346	3849.00470.500-9	15	5	2.940.718,08	25/10/2000	5.637.170,53	184.488,75	263.238,66
200346	3573.00169.500-6	15	5	84.500,00	25/10/2000	419.485,83	0,00	0,00
Total							184.488,75	263.238,66

Fonte: SPIUnet e SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
X	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? Resposta: <i>Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.</i>
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e	



melhorias para o próximo questionário.

O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. Porém, está em execução o Projeto “Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)”, cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais.

Nota: O questionário foi respondido pelo chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI da SR/DPF/BA.

Análise Crítica:

No âmbito da SR/DPF/BA, a gestão de tecnologia da informação é exercida essencialmente pelo NTI/BA, setor composto por apenas 04 servidores, sendo eles agentes administrativos de telecomunicações e eletricidade, do quadro efetivo do DPF.

Este reduzido quadro tem conseguido atender com sacrifício boa parte da demanda da Superintendência, contudo, é claramente insuficiente e, portanto, é premente a necessidade de ampliação deste número de servidores ou até terceirizados.

Do ponto de vista do parque tecnológico, a SR/DPF/BA vive uma fase de transição, com alguns equipamentos bem atualizados e outros já em início de obsolescência e em conseqüente final de vida útil. Entretanto, destaque-se que as diretrizes, o planejamento e a execução de sua renovação são emanadas pelo órgão central, e a esta UJ cabe apenas cumprir com o maior rigor possível as referidas determinações.

Adicionalmente, buscando agir de maneira pró ativa, dentro das limitações administrativas impostas, o NTI, em parceria com o SELOG/BA, tem procurado encontrar e adotar soluções para exercer a manutenção imprescindível ao funcionamento desta área no âmbito da SR/BA a fim de manter o nível mínimo de confiabilidade necessário.

9. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

A UJ passa por uma importante reestruturação de seus processos, procedimentos e formas de atuação, visando uma execução que seja cada dia mais eficiente, mantendo a eficácia peculiar à instituição Polícia Federal. Para este fim tem buscado modernizar-se a fim de adotar práticas contemporâneas que contribuam clara e densamente para a sustentabilidade no uso dos recursos ambientais que são indispensáveis à existência humana na Terra, mas finitos quanto à sua disponibilidade na natureza.

Do ponto de vista da UJ, a ação mais relevante e que merece destaque é a contratação do Projeto Executivo para a reforma do seu edifício sede.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

O referido projeto é um marco por pautar-se pela adoção das mais atuais práticas passíveis de serem utilizadas nos processos da construção civil para que se obtenha um “Edifício Verde”.

Durante a confecção do projeto estão sendo levadas em consideração práticas que dizem respeito ao reuso da água, à melhor utilização da luz solar para iluminação sem que traga prejuízo à climatização dos ambientes. Busca-se o emprego de sistemas elétricos e eletromecânicos inteligentes, com a finalidade que só haja consumo objetivo de energia elétrica, baseando-se em “inteligência” empregada em equipamentos de comando, controle e supervisão que observem de fato a existência de pessoas e assim otimizem a utilização de recursos apenas em ambientes efetivamente em uso.

Para a reforma serão analisadas as formas mais atuais no que diz respeito à refrigeração de ambientes, considerando a durabilidade dos equipamentos, a existência de comando local e precipuamente projetando-se a economia de recursos que estes vão propiciar durante sua vida útil.

Adicionalmente, pode-se afirmar consistentemente que o principal objetivo desta reforma é tornar o atendimento à sociedade brasileira, no caso em análise mais especificamente a baiana, digno de comparação com os melhores órgãos policiais do mundo e que em sua essência prima pelo extremo respeito ao meio ambiente, demonstrado pela adoção de práticas inequívocas de sustentabilidade.

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
	<p><i>Exigidos do licitante vencedor a observação do adequado tratamento do impacto ambiental, de acordo com as normas ambientais vigentes, bem como devida observação das diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, em conformidade com modelo padrão de Editais da AGU/CGU/BA, firmado por meio de acordo de cooperação com este órgão. É exigido ainda, na confecção dos Projetos Executivos, o respeito a Legislação Ambiental nos três níveis da Federação e em especial a Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual estabelece prioridade nas aquisições e contratações governamentais para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, bem como as Resoluções do CONAMA.</i></p>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência			X		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
	<i>A UJ passou a adotar sensores de presença em todos os ambientes de livre circulação onde não fosse imprescindível a existência de iluminação contínua.</i>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					X
	PAPEL RECICLADO				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
	Sim (X)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					X
	<i>Iniciaram-se estudos visando à máxima substituição possível de insumos novos para impressão por recarregáveis, que gerem menor impacto ao meio ambiente.</i>				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					X
	<i>Criou-se um grupo de estudo para efetuar levantamento do consumo de energia. O grupo emitiu nota com orientações sobre formas importantes a serem adotadas para diminuir o consumo de energia elétrica. A UJ também passou a adotar torneiras automáticas em suas instalações hidráulicas, as quais implicaram em importante redução no consumo de água.</i>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
Análise Crítica:					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

Nota: O questionário foi respondido pelo Superintendente Regional

9.1. Consumo de Papel, Água e Energia Elétrica

QUADRO A.9.1.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA **VALORES EM R\$ 1,00**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1732	1739	3200	34.469,25	79.397,73	71.412,14
Água	6.910	10.241	13.433	112.291,64	149.151,16	172.886,82
Energia Elétrica	1.633.904	1.766.260	2.256.578	852.026,30	709.279,66	679.026,24
			Total	998.787,19	937.828,55	923.325,20

Fonte: SIAFI e Sistema E-log

Análise crítica:

Ao observar-se o quadro A.9.1.1 acima, evidenciam-se os relevantes resultados obtidos a partir dos esforços empreendidos nesta SR/DPF/BA, no sentido de efetivar rigorosas melhorias quanto ao controle e incentivo do consumo consciente e sustentável no âmbito de toda UJ. Especificamente nos dados ora apresentados se pode verificar as seguintes informações no período avaliado (2010 a 2012):

- ✓ Diminuição no consumo de papel da ordem de 45%
- ✓ Redução, no percentual aproximado de 48%, no consumo de água; e
- ✓ Racionalização no uso da energia elétrica, resultando em decréscimo próximo a 28% no consumo geral observado.

Ressalte-se que o aperfeiçoamento na utilização de recursos na SR/DPF/BA não se resume aos serviços e materiais observados na tabela anterior e tampouco estão definitivamente concluídos, mas sim, trata-se de um esforço continuado em que se busca obter o máximo daquilo que se dispõe pelos meios mais eficazes e eficientes possíveis.



10. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas

Esta Superintendência Regional não possui nenhuma deliberação do TCU pendente de atendimento, referente a seus atos de gestão. Entretanto, o Acórdão nº 1.449-TCU/Plenário determinou o registro em todos os relatórios de gestão das unidades integrantes do DPF

Atendimento do item 9.1.3 do Acórdão 1.449-TCU - Plenário

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”.

Atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão

Durante o exercício de 2012 foi observado nível mínimo de supervisão dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a proporção indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração – CGPI.

10.1. Tratamento de deliberações exaradas em Acórdãos do TCU e do Órgão de Controle Interno - OCI

Não houve deliberações do TCU ou recomendações de OCI pendentes de atendimento em 2012.

10.2. Unidade de auditoria interna

Consta da estrutura do Departamento de Polícia Federal a Assessoria de Controle Interno, cujo objetivo é justamente auxiliar as diversas unidades descentralizadas sobre os procedimentos e normas a serem adotadas no que tange ao controle interno das suas atividades de gestão. Contudo, esta Assessoria ainda não atingiu a sua plena capacidade de acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito de todas as Unidades do Departamento de Polícia Federal.



10.3. Informações sobre o cumprimento da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

QUADRO A.10.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	50		50
	Entregaram a DBR	50		50
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SIAPE

Conforme previsto na Instrução Normativa nº 67 - TCU, de 06 de julho de 2011, os servidores desta UJ podem optar por entregar a cópia da Declaração de Bens e Rendias - DBR ao Setor de Recursos Humanos ou autorizar, por escrito, a o acesso exclusivo aos dados de bens e rendias exigidos no **caput** e §§ 1º a 6º, da Lei 8.730/1993 pela unidade de Recursos Humanos.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

10.4. Declaração registro de dados no SIASG e SICONV

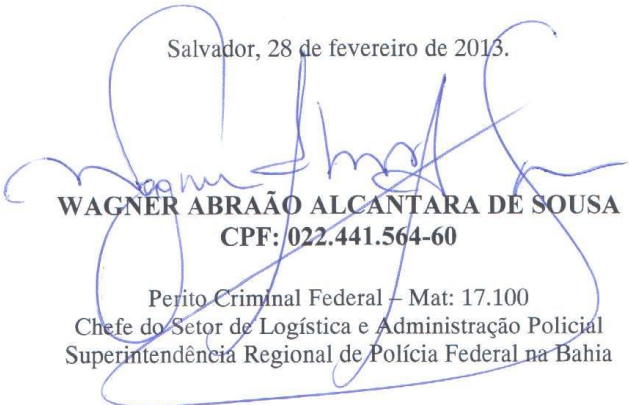


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

DECLARAÇÃO

Eu, WAGNER ABRAÃO ALCANTARA DE SOUSA, CPF n° 022.441.564-60, **Perito Criminal Federal, chefe do Setor de Logística e Administração Policial – SELOG**, exercido na **Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Da Bahia**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n° 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 28 de fevereiro de 2013.


WAGNER ABRAÃO ALCANTARA DE SOUSA
CPF: 022.441.564-60

Perito Criminal Federal – Mat: 17.100
Chefe do Setor de Logística e Administração Policial
Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia



11. Informações Contábeis

Não constarão deste item as informações previstas nos itens abaixo relacionados, conforme numeração prevista na Portaria TCU nº150/2012, em razão de não se aplicarem à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada:

- a)11.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/1964;
- b)11.4 - Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976;
- c)11.5 – Composição Acionária das empresas estatais; e
- d)11.6 – Parecer da Auditoria Independente.

11.1. Adoção de Critérios das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em razão da utilização do SIAFI, que é um sistema informatizado que processa e controla, por meio de terminais, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da administração pública direta federal, das autarquias, das fundações, das empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal ou no Orçamento da Seguridade Social da União, e provê suas Unidades Gestoras de uma fonte segura de informações contábeis sobre seus registros contábeis, com mecanismos que atendam às normas contábeis vigentes, estão atualizados e são definidos por técnicos em Sistematização de Informações Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, órgão central do sistema contabilidade. Dessa forma, esta Unidade Jurisdicionada está em consonância com Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

11.2. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

A utilização do sistema E-log, módulo "Patrimônio", de uso interno de todo DPF contempla todos os critérios previstos na Macrofunção 02.03.30, do Manual SIAFI, o qual, por sua vez, foi elaborado em fiel cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9 e 16.10.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

11.3. Declaração do Contador



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E CONTABILIDADE

Memorando nº 45/2013 – SECONT/COF/DLOG/DPF

Em 31 de janeiro de 2013.

Ao Senhor Ordenador de Despesas

Assunto: **Declaração do Contador Responsável**

1. Encaminho a Vossa Senhoria a declaração do contador responsável pelas Unidades Gestoras 200346 e 200347 – Superintendência no Estado da Bahia – SR/BA/DPF, sobre as informações contábeis constantes do SIAFI.
2. A declaração foi emitida em consonância com a portaria TCU nº 150/2012 e deve **subsidiar o preenchimento de demonstrativos do Relatório de Gestão**, conforme orienta a referida norma.
3. Essa declaração substitui a apresentação das Demonstrações Contábeis, já que apresenta a situação das informações contábeis da Unidade Gestora.

Respeitosamente,

Cheila Andrade Medeiros
Chefe Substituta do Serviço de Contabilidade
SECONT/COF/DLOG/DPF



12. Outras informações consideradas relevantes pela UJ

12.1. Atividades de polícia judiciária

12.1.1. Operações policiais de maior destaque desta UJ:

- Bandeirantes, de 31/07/2012
- Beryllos, de 05/12/2012
- Boca de Lobo, de 05/07/2012
- Cage, de 23/05/2012
- Carta na Manga 2, de 24/05/2012
- Compra Premiada I, de 13/07/2012
- Desaprove II, de 03/07/2012
- Detalhes, de 03/04/2012
- Distrito 707, de 10/08/2012
- Faveleiro, de 13/02/2012
- Guaricema, de 02/08/2012
- Medicina Legal, de 13/12/2012
- Mercado Livre, de 18/07/2012
- Mar Sem Fim, de 30/05/2012
- Onça Preta, de 03/05/2012
- Pedra Furada, de 25/10/2012
- Pindorama, de 18/07/2012
- Sandstorm, de 14/03/2012



12.1.2. Estatísticas da Perícia Criminal e Papioscopia.

QUADRO DE PERÍCIAS - DE 01 A 31/12/2012:

Área de Exame	Unidade			
	UTEC/DPF/JZO		SETEC/SR/DPF/BA	
	solicitações	realizadas	solicitações	realizadas
Perícias Contábeis e Financeiras	10	5	107	58
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	10	8	31	39
Perícias de Engenharia	5	11	18	22
Perícias de Genética Forense	0	0	2	1
Perícias de Informática	4	2	163	165
Perícias de Local	50	20	61	64
Perícias de Meio Ambiente	19	17	118	99
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	0	0	4	2
Perícias de Química Forense	23	26	66	67
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	3	3	80	74
Perícias de Veículos	24	3	30	34
Perícias Documentoscópicas	103	71	330	354
Perícias Eletroeletrônicas	1	1	12	26
Perícias em Bombas e Explosivos	0	0	4	3
Perícias Merceológicas	2	2	60	70
Perícias Papioscópicas	0	0	4	5
TOTAL GERAL	254	166	1097	1083

Fonte: SISCRIM

Dificuldades enfrentadas para atividades realizadas no exercício de 2012:

O SETEC, Setor-Técnico Científico da SR/DPF/BA, de acordo com as atribuições regimentais vigentes e previsões legais, tem como atribuição precípua a análise de vestígios materiais oriundos de infrações penais sob apuração da Polícia Federal – PF.

O SETEC, como a própria sigla designa, apresenta características primordialmente técnico-científicas, sendo constituído por laboratórios (informática, química, documentoscopia, audiovisual e eletrônicos, balística, geoprocessamento e mineralogia) e salas de trabalho. O acervo tecnológico é constituído por diversos *softwares*, equipamentos e ferramentas analíticas, que necessitam acompanhar o estado da arte em todas as áreas de atuação. Atualmente, é composto por 30 Peritos Criminais e 3 servidores administrativos.

Nos últimos anos, a gestão do SETEC tem focado atenções especiais para os diversos processos e condições de trabalho existentes, tendo como metas principais o aumento da



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

produtividade, a redução de pendências e do tempo de atendimento das requisições recebidas – especialmente as de origem interna –; celeridade no fluxo de materiais e documentos; expansão e redistribuição do reduzido espaço da infraestrutura disponível para o Setor, visando adequar, incrementar e conciliar as condições ambientais às necessidades dos servidores e de funcionalidade do Setor; expandir o número de veículos de uso exclusivo – visando facilitar os mais diversos tipos de diligências que se possam fazer necessárias, a aplicação do princípio da oportunidade, o planejamento e o atendimento tempestivo de requisições; e o aumento do número de servidores policiais e administrativos.

As principais dificuldades verificadas para atingir os objetivos traçados estão na carência de servidores administrativos e policiais (especialmente PCFs de áreas específicas, como engenharia civil e contabilidade).

UTEC/DPF/JZO/BA:

Por não dispor de peritos criminais federais das áreas de engenharia civil (perícias em obras/sistemas de saneamento), engenharia elétrica/eletrônica (perícias em materiais de radiodifusão ou audiovisuais) e informática (perícias em equipamentos computacionais), as solicitações de exames periciais referentes a essas áreas são enviadas ao Setor Técnico-Científico da SR/DPF/BA;

Não dispor de verbas de diárias para realização de perícias em cidades fora da sede desta delegacia e que fazem parte da circunscrição da mesma, o que ocasiona a demora no atendimento das solicitações de perícia.



QUADROS PAPILOSCOPIA:

I - Consultas ao sistema de informações criminais:

Unidade	2012
SR/DPF/BA	20.220
DPF/ILS/BA	5.801
DPF/JZO/BA	315
TOTAL	26.336

II- Inclusões de Prontuários de identificação criminal:

Unidade	2012
SR/DPF/BA	2.375
DPF/ILS/BA	382
DPF/JZO/BA	216
TOTAL	2.973

III- Emissões de folhas de antecedentes criminais:

Unidade	2012
SR/DPF/BA	1.909
DPF/ILS/BA	664
DPF/JZO/BA	154
TOTAL	2.727

Dificuldades enfrentadas para atividades realizadas no exercício de 2012:

O setor de identificação da DPF/JZO/BA conta com apenas um papiloscopista que também desempenha importante serviço no setor de inteligência, auxiliando nos trabalhos investigativos das operações policiais desenvolvidas.

A DPF/VDC/BA enfrenta, pela ausência de um papiloscopista (PPF) nesta Unidade, eventuais atrasos em alguns dos procedimentos, no que diz respeito à emissão de Folha de Antecedentes, haja vista a necessidade de remessa de Boletim para SR/DPF/BA (Salvador), via malote, para a produção da citada Folha.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

12.2. Atividades de polícia administrativa

12.2.1. Imigração e Passaporte:

a) solicitações de confecção de passaportes durante o ano de 2012:

Unidade	Quantidade
SR/DPF/BA	47.352
DPF/JZO/BA	2043
DPF/ILS/BA	3.165
DPF/PSO/BA	2.544
DPF/VDC/BA	2.107
TOTAL	57.211

b) requerimentos de fluxo migratório internacional, pedidos de registro, naturalização e permanência de estrangeiros, além de ocorrências de documentos de viagem e carteira de estrangeiros:

Unidade	Quantidade
SR/DPF/BA	9.501
DPF/JZO/BA	162
DPF/ILS/BA	908
DPF/PSO/BA	1238
DPF/VDC/BA	110
TOTAL	11.919

c) estação SINPA (01 computador, 01 impressora e periféricos) para as demandas de passaportes dos municípios que compõem a circunscrição e cada Unidade:

Unidade	Quantidade	Municípios atendidos
SR/DPF/BA	09	206
DPF/JZO/BA	01	50
DPF/ILS/BA	02	52
DPF/PSO/BA	02	21
DPF/VDC/BA	01	90



Dificuldades enfrentadas para atividades realizadas no exercício de 2012:

VDC - Falta de máquina reserva para o Sistema de Emissão de Passaportes - SINPA e de computadores para atender o estrangeiro. Falta de equipe técnica especializada na cidade para manutenção dos equipamentos. Necessidade de mudança para o SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão.

SR/BA- Eventualmente, uma das estações do SINPA no Posto de Atendimento do Shopping Barra deixa de atender a emissão para efetuar a entrega. Já no Posto de Atendimento do Salvador Shopping, uma das estações é utilizada exclusivamente para entrega de passaportes.

12.2.2. Comissão de Vistoria de Segurança Privada

Atividade	Quantidade/Unidade				
	SR/DPF/BA	DPF/ILS/BA	DPF/JZO/BA	DPF/VDC/BA	DPF/PSO/BA
Documentação para Curso de Formação conferidas para vigilantes	5.200	625	1800	820	1185
Instituições financeiras vistoriadas	409	40	26 Agências e 1 PAB ²	133	25
Veículos especiais carro-forte vistoriados	157	8	12	24	9
Empresas de segurança privada vistoriadas	68	8	4	5	5

Dificuldades enfrentadas para atividades realizadas no exercício de 2012:

A Comissão de Vistoria tem enfrentado dificuldades no que diz respeito a escassez de servidores lotados no setor, bem como devido à falta de recursos (diárias) para realização das vistorias fora da cidade.

² Posto de Atendimento Bancário



12.2.3. Controle de Armas de Fogo

Atividade	Quantidade/Unidade				
	SR/DPF/BA	DPF/ILS/BA	DPF/JZO/BA ³	DPF/VDC/BA	DPF/PSO/BA
Autorização p/ aquisição de arma de fogo	1295	163	N/A	163	39
Solicitação de porte de arma	45	0	N/A	0	05
Armas entregues - Campanha do Desarmamento	438	17	N/A	17	02
Armas recolhidas na Justiça Federal	0	0	N/A	0	04
Armas apreendidas	04	0	N/A	0	01
Solicitação de renovação de registro	579	15	N/A	15	04
Entrega de registro de armas de fogo	1874	289	N/A	289	100
Armas de fogo diversas recolhidas junto ao IBAMA	13	0	N/A	0	76

Dificuldades enfrentadas para atividades realizadas no exercício de 2012:

JZO:

Uma das dificuldades encontradas no referido setor diz respeito à impossibilidade de impressão dos Certificados de Registros Federais de Arma (novos e renovação) na DPF/JZO/BA. A impressão dos CRAFs em nossa unidade traria mais celeridade e satisfação na prestação do serviço ao público demandante. Os Registros Federais de Arma de Fogo ainda são impressos na Superintendência.

12.2.4. Controle de Produtos Químicos

Atividade	Quantidade/Unidade				
	SR/DPF/BA	DPF/ILS/BA	DPF/JZO/BA	DPF/VDC/BA	DPF/PSO/BA
Processos para emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	85	05	17	09	05
Processos para emissão de Certificado de Licença de Funcionamento de Produtos Químicos	258	18	47	16	12
Inspeções Prévias Para Emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	45	0	05	03	02

³ Não se Aplica N/A em razão pane nos sistemas de armazenamento de dados, que até a data de confecção do relatório os dados estavam irrecuperáveis.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Fiscalização de Empresas referente ao cometimento de infrações Administrativas referente à Produtos Químicos	1	0	0	0	01
--	---	---	---	---	----

Dificuldades enfrentadas para realização das atividades acima no exercício de 2012:

JZO:

- Falta de Efetivo adequado para realização das atividades de Produtos Químicos e falta de Treinamento para os integrantes das Comissões de Fiscalização de Produtos Químicos;
- Devido ao efetivo reduzido na DPF/JZO/BA, a comissão, também, prioriza outros serviços na delegacia tais como o serviço Operacional, auxiliando nos processos de permanência e naturalização de estrangeiros, apuração de procedimentos disciplinares, dentre outros.
- Contingenciamento orçamental por parte do governo Federal o que provocou a dificuldade de realização de operações de Fiscalização de Produtos Químicos.

VDC:

A Delegacia de Polícia Federal em Vitória da Conquista tem enfrentado grandes desafios relativos à sua infraestrutura física e à quantidade de servidores. Contudo, têm sido realizadas importantes intervenções na unidade, proporcionando melhorias para a realização do trabalho, refletindo-se na ampliação dos resultados obtidos, tanto na realização de operações, quanto no significativo acréscimo no número de inquéritos relatados no exercício.

O essencial atualmente é a manutenção da diretriz de acrescentamento de efetivo e de melhoria nas estruturas físicas da unidade.

ILS:

As dificuldades básicas são o baixo efetivo da unidade, principalmente no cargo de APF e PCF, bem como a necessidade de renovação da frota com o acréscimo de motocicletas. Existe ainda um sério problema de informática no DPF onde existem computadores antigos e contratos de internet defasados.

12.3. Comunicação Social

Por intermédio do Serviço de Comunicação, que é responsável pela gestão dos meios de comunicação institucionais e contribui para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Polícia Federal, foram veiculadas para mídias de comunicação as seguintes informações de sua Regional Descentralizada na Bahia:

QUADRO NOTÍCIAS VEICULADAS NA MÍDIA EM 2012:

Unidade	Data	Notícia veiculada	Detalhe
SR/DPF/BA	09.01.2012	PF prende traficante na Av. Paralela em Salvador/BA	(1 preso)
SR/DPF/BA	12.01.2012	PF apreende 17 Kg de cocaína no aeroporto de Salvador/BA	(1 preso)
SR/DPF/BA	24.01.2012	PF prende quatro e apreende 223 kg de maconha próximo a BR 324	(4 presos)
SR/DPF/BA	07.02.2012	PF e PC apreendem menor com 6kg de cocaína em Salvador	(1 apreendido)
DPF/JZO/BA	03 a 13.02.2012	Operação Faveleiro erradica mais de 50 mil pés de maconha antes do	
DPF/JZO/BA	10.02.2012	PF prende falsário em Juazeiro	(1 preso)
SR/DPF/BA	2012.02.15	PF em parceria com a PC prende dois traficantes em Salvador com 8,5kg de cocaína	(2 presos)
DPF/PSO/BA	15.02.2012	Polícia Federal prende dois Traficantes de Drogas em Porto Seguro	(2 presos)
SR/DPF/BA	27.02.2012	Polícia Federal apreende 800 caixas de cigarros de procedência estrangeira em Feira	(1 preso)
DPF/JZO/BA	11.03.2012	PF prende homem com 320 caixas de cigarros contrabandeados na Ponte Presidente Dutra	(1 preso)
SR/DPF/BA	12.03.2012	Polícia Federal prende foragido em Salvador	(1 preso)
SR/DPF/BA	13.03.2012	Operação Arcano combate quadrilha que fraudava vestibulares de medicina	(1 preso) mídia NACIONAL
SR/DPF/BA	13.03.2012	PF prende mulher que tentava fraudar o INSS em Salvador	(1 preso)
SR/DPF/BA	14.03.2012	PF realiza Operação SANDSTORM para combater extração clandestina de areia	
DPF/VDC/BA	16.03.2012	PF aborda transação de drogas e apreende 156Kg de maconha e 8,5 Kg de cocaína	(2 presos)
DPF/VDC/BA	17.03.2012	PF apreendeu 13 Kg de pasta base de cocaína	(5 presos)
SR/DPF/BA	04.04.2012	Polícia Federal prende casal de estelionatários que aplicavam golpes com cartões de créditos em Salvador	(2 presos)
SR/DPF/BA	09.04.2012	PF prende quatro e apreende cerca de 100kg de maconha próximo a saída de Feira de Santana	(4 presos)
SR/DPF/BA	10.04.2012	Polícia Federal prende foragido da justiça em Salvador	(1 preso)
SR/DPF/BA	16.04.2012	PF prende um e apreende 40kg de cocaína próximo a Jequié	(1 preso)
SR/DPF/BA	26.04.2012	Polícia Federal tem Novo Superintendente Regional na Bahia	
SR/DPF/BA	30.04.2012	PF prende traficante em barreira policial no Pedágio de Simões Filho	(1 preso)
DPF/JZO/BA	02.05.2012	Erradicação de 240 mil pés de Maconha	mídia NACIONAL
SR/DPF/BA	02.05.2012	Polícia Federal realiza Operação Onça Preta	(2 mandados de prisão) mídia
DPF/JZO/BA	04.05.2012	PF apreende 5 Kg de cocaína na rodoviária de Juazeiro	(1 preso)
SR/DPF/BA	15.05.2012	Polícia Federal na Bahia incinera cerca de meia tonelada de	
SR/DPF/BA	16.05.2012	Polícia Federal realiza maior apreensão de cocaína do ano na Bahia	(1 preso)
SR/DPF/BA	18.05.2012	PF apreende 3.890 kg de cocaína no aeroporto de Salvador/BA	(1 preso)
SR/DPF/BA	19.05.2012	PF apreende 6 garrafas de whisky com cocaína diluída	(1 preso)
SR/DPF/BA	23.05.2012	Polícia Federal deflagra OPERAÇÃO CAGE	
SR/DPF/BA	21 a 24.05.2012	Polícia Federal deflagra Operação Carta na Manga 2	(2 mandados de
SR/DPF/BA	06.06.2012	Polícia Federal prende argentino procurado pela Interpol	(1 preso)
DPF/PSO/BA	07.06.2012	Polícia Federal em Porto Seguro deflagrou a ação de ocupação e retomada do distrito de Pindorama	(1 preso)
SR/DPF/BA	17.06.2012	Polícia Federal prende três no Aeroporto de Salvador	(3 presos)
SR/DPF/BA	03.07.2012	PF deflagra Operação Desaprove II em Salvador/BA	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2012

Unidade	Data	Notícia veiculada	Detalhe
DPF/JZO/BA	05.07.2012	Operação "BOCA DE LOBO" investiga fraudes em licitações em obras de saneamento	(3 presos)
SR/DPF/BA	11.07.2012	PF apreende 2.985 kg de cocaína no aeroporto de Salvador/BA	(1 preso)
SR/DPF/BA	11.07.2012	Polícia Federal prende homem acusado de pedofilia em Salvador	(1 preso)
SR/DPF/BA	11.07.2012	Polícia Federal prende homem no Aeroporto de Salvador por furto em aeronave	(1 preso)
SR/DPF/BA	13.07.2012	PF deflagra "Operação Compra Premiada I" em Candeias/BA	
DPF/ILS/BA	18.07.2012	Operação Mercado Livre combate sonegação fiscal em Ilhéus	mídia NACIONAL
SR/DPF/BA	18.07.2012	Traficante preso no Jardim Apipema	(1 preso)
SR/DPF/BA	20.07.2012	PF realiza operação em Camaçari/BA para combater fraudes previdenciárias	
SR/DPF/BA	31.07.2012	PF estoura laboratório de refino de cocaína no bairro de Itapoan, em Salvador/BA	(3 presos)
SR/DPF/BA	01.08.2012	PF realiza operação em Madre de Deus e Maragojipe combater crime de pesca com explosivos	
DPF/VDC/BA	02.08.2012	PF em ação conjunta com a PRF apreende 62 kg de maconha e 1,5kg de cocaína	(2 presos)
SR/DPF/BA	02.08.2012	Operação Guaricema desarticula quadrilha em Salvador	(27 prisões)
SR/DPF/BA	10.08.2012	Operação Distrito 707 - foram encontrados 30 cartões de créditos roubados com os suspeitos	(3 presos)
SR/DPF/BA	16.08.2012	PF prende dois traficantes na BR 101 e na BR 116 Sul, próximo a Feira de Santana	(2 presos)
SR/DPF/BA	16.08.2012	Operação Detalhes: 6 dos 8 funcionários confessaram ser fantasmas	mídia NACIONAL
SR/DPF/BA	16.08.2012	PF prende boliviano e apreende 1,5 kg de cocaína no Aeroporto de Salvador	(1 preso)
DPF/VDC/BA	20.08.2012	PF E PRF apreendem mercadorias sem documentação em Vitória da Conquista	(1 preso)
SR/DPF/BA	28.08.2012	PF prende brasileiras e apreende 22 kg de cocaína no Aeroporto de Salvador	(2 presos)
SR/DPF/BA	16.10.2012	PF apreende 05 kg de cocaína no Aeroporto de Salvador	(2 presos)
DPF/ILS/BA	17 a 19.10.2012	PF deflagra Operação ARC 1	
SR/DPF/BA	23.10.2012	PF realiza operação em São Sebastião do Passé/BA para combater fraudes previdenciárias	
SR/DPF/BA	25.10.2012	PF deflagra Operação Pedra Furada e prende brasileiros e chineses na BA	(11 presos)
DPF/JZO/BA	05.12.2012	OPERAÇÃO BERYLLOS da Polícia Federal combate comércio ilegal de pedras preciosas	(24 mandados de prisão)
DPF/VDC/BA	10.12.2012	Posse do Delegado Chefe da Polícia Federal em Vitória da Conquista/BA	
DPF/VDC/BA	11.12.2012	Operação Medicina Legal combate fraudes em licitações de prefeituras do Sudoeste Baiano	

Registre-se, ainda, as ações da comunicação social na divulgação nos meios de comunicação interno:

a) Divulgação de 176 avisos no quadro da Intranet de assuntos diversos: realizações de cursos, convocações para reuniões, convocações para missões policiais, informações relacionadas ao expediente da SR e das descentralizadas, relatórios de produtividade, notas de falecimento, eventos esportivos, entre outros. Mantém três murais de avisos nos corredores dos andares da sede da Superintendência;

b) Divulgação de 30 mensagens-circulares no quadro da intranet, primordialmente de orientações oriundas dos órgãos centrais do DPF;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2012

c) Divulgação das 61 notícias acima citadas no quadro da intranet (intranet.dpf.gov.br/srba);

d) realização de 06 cerimônias de hasteamentos das bandeiras, sendo duas delas em datas comemorativas do aniversário do Departamento de Polícia Federal e Dia do Policial Federal; e

e) realização divulgação da Campanha de vacinação.

Dificuldades relatadas:

A Comunicação Social da SR/DPF/BA conta atualmente com 02 servidores, sendo que nenhum deles de maneira exclusiva. Em relação às Delegacias, apenas Juazeiro/BA conta com um servidor com a atribuição, mas também não atua de forma exclusiva.

Entre outras atribuições que acabam recaindo no Serviço de Comunicação Social, em razão de sua natureza, dentre elas pode-se mencionar, exemplificativamente, a elaboração de material gráfico. Estas atividades são imensuráveis, pois fazem parte do dia-a-dia da atividade e não são registradas em nenhuma espécie de controle.

12.4. Ações de Treinamento e Desenvolvimento

Foram realizadas 12 (doze) ações de capacitação para os servidores lotados nesta Superintendência. O curso que contou com mais participantes foi o Plano de evacuação e combate à incêndio, ministrado para 85 servidores.

Dois cursos foram realizados para área policial e dez para área de apoio administrativo, com enfoque à gestão administrativa.

A SR/DPF/BA recebeu em 2012 a visita de orientação técnica, nos termos previstos na Portaria nº 1.409/2010-DG/DPF, de 14 de setembro de 2010, abordando temas das áreas de licitações e contratos, patrimônio, controle da receita, execução orçamentária e financeira, conformidade de gestão, conformidade contábil, suprimento de fundos e sistema de concessão de diárias e passagens – SCDP.